



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO AS GUERRAS COLONIAIS E O IMPERIALISMO

O Partido Comunista Português tem afirmado por mais de uma vez que é partidário da coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes. O P.C.P. não cessa de afirmar o seu apoio aos povos das colónias portuguesas que lutam de armas nas mãos contra o colonialismo salazarista. O P.C.P. apoia incondicionalmente a guerra de libertação conduzida pelo povo vietnamita contra a agressão americana no Vietnam.

Há nestas tomadas de posição alguma contradição? Nenhuma!

O Partido Comunista Português é defensor da política de coexistência pacífica pelo próprio facto de ser comunista, marxista-leninista. Os comunistas são por princípio contra a guerra, querem acabar com ela da face da terra. Abolindo as classes, fazem desaparecer os interesses antagónicos não só na população do país em que o socialismo se edifique, mas também entre a população de todos os países socialistas. A consolidação da paz, uma paz duradoura é necessidade premente para a construção do comunismo. Daí a defesa da coexistência pacífica expressa desde o primeiro documento internacional do Estado Soviético na brilhante aplicação da riqueza teórica herdada de Marx e Engels que Lênine desenvolveu e adaptou ao seu tempo e às condições reais da Rússia.

Desde então, desde o aparecimento do primeiro país socialista, este voltou-se para a construção pacífica do socialismo e não estava interessado em fazer a guerra a outro qualquer país. Desde então era necessário coexistir, isto é, permitir que na terra existisse ao mesmo tempo o socialismo e o capitalismo de forma a que por via pacífica, numa competição económica e cultural pacífica, demonstrassem aos povos qual era o sistema político e social mais progressivo, aquele que garantiria aos povos um nível de vida superior.

Hoje já não há um só país socialista — há todo um campo socialista em que vários países se apressam a concluir a edificação do socialismo e um de-

les — o primeiro a escolher tal sistema social, o guia e exemplo de todos eles, a grande União Soviética — dá já passos seguros na construção do comunismo. Aquela competição pacífica torna-se cada vez mais influente das ideias marxistas no mundo e cada vez mais a paz é necessária à consolidação e preservação das grandes conquistas do homem socialista. — Coexistir continua pois a ser existir simultaneamente, competir mas pacificamente, desenvolver entre os Estados Socialistas e Capitalistas relações económicas pacíficas, relações culturais e comerciais permanentes; coexistir pacificamente é arvorar as negociações como base de resolução de todos os conflitos e litígios entre Estados, é lutar para que a solução nunca seja a da agressão dum ou mais países o outro ou outros países.

Sendo Portugal há 40 anos oprimido por um regime fascista — regime de violências e terrorismo adentro como fora das fronteiras, sempre disposto (quando não fomentando) a apoiar todas as situações que podem conduzir à guerra, todas as nações que no passado (Alemanha, Itália, Japão) ou no presente (Estados Unidos) pretenderam dominar pela guerra o mundo, aliado dos maiores criminosos de guerra como Hitler, Mussolini, Chang-Kai-Shek, Trujillo, Franco, o problema da coexistência pacífica é vivamente sentido pelo povo português. Não existindo esse clima de coexistência no mundo, Salazar sente-se à vontade para manobrar para procurar apoio internacional nos blocos agressivos, para massacrar ainda mais o nosso povo, certo como está que as atenções do mundo estão voltadas sobretudo para os problemas que nesse momento podem constituir o foco duma nova guerra. Pelo contrário, logo que a coexistência pacífica avança que se realizam grandes reuniões internacionais com vista à solução dos problemas litigiosos que punham em perigo a paz mundial, Salazar sente-se tolhido pelas atenções do mundo, voltadas estão para a existência de regimes anacró-



nicos nos nossos dias, não encontra, — pelo menos tão descaradamente — apoio doutras nações à sua política de opressão nacional e colonial.

Os comunistas portugueses têm, pois todas as razões para serem partidários da coexistência pacífica. São os interesses do seu próprio povo que

com essa política são defendidos, ao mesmo tempo que se defendem as históricas vitórias da URSS e dos outros Estados Socialistas, que se abrem as vias da construção do comunismo, que se criam condições para o desenvolvimento pacífico dos outros povos.

O INTERNACIONALISMO — ELEMENTO INTEGRANTE DO MARXISMO

Os comunistas não são chauvinistas. Os comunistas são educados no princípio marxista da união dos proletários de todos os países. Por outro lado, para eles é certo, «que um povo que oprime outros povos não pode ser livre» — fórmula de Marx e Engels que Lênine chamou o «princípio fundamental do internacionalismo». O internacionalismo é um elemento integrante e dos mais importantes do marxismo.

Internacionalistas, os comunistas, ao mesmo tempo que lutam pela libertação ou pelo desenvolvimento pacífico e progressivo do seu povo, estão atentos à situação dos outros povos, acompanham-nos nas suas alegrias e tristezas, vitórias e derrotas. Internacionalistas desde sempre, os comunistas sentiram ainda mais a necessidade da fidelidade a esse princípio quando o capitalismo entrou na última fase da sua evolução — o imperialismo.

O capitalismo, que na sua fase de luta contra o regime feudal fora libertador de nações, tornou-se ao desenvolver-se imperialista e «o imperialismo», dizia Lênine, significa que o capital ultrapassou o quadro dos Estados nacionais, que a opressão nacional se alargou e se agrava sobre uma nova base histórica. «O capitalismo imperialista» tornou-se o maior opressor de nações (Lênine). Pode mesmo afirmar-se que a divisão das nações em opressivas e oprimidas constitui a própria essência do imperialismo.

Logo que os comunistas conquistam o poder na Rússia, as provas práticas da fidelidade ao princípio do internacionalismo são dadas. A Revolução socialista na Rússia libertou imediatamente os povos oprimidos pelo czarismo e concedeu a cada um deles o direito à autodeterminação. Pela força do exemplo da libertação do povo

russo, pela força de aplicação do direito à autodeterminação, a grande Revolução Socialista de Outubro abalou não só os fundamentos do imperialismo como também deu vigoroso impulso ao movimento de libertação nacional em todo o mundo e, principalmente, nos países do Oriente. Quer dizer que com a crise geral do capitalismo se abria também a crise do sistema colonial. Estavam abertas aos povos coloniais perspectivas de vitória sobre os colonialistas.

As vitórias sucederam-se depois e sobretudo desde o fim da 2ª guerra mundial, quando o capitalismo ficou enfraquecido numa série de países e a União Soviética, força dominante na luta vitoriosa anti-fascista aparecia plena de prestígio e de força, quando deixou de haver um país socialista para haver todo um campo socialista, voltado para a consolidação da paz e a independência dos povos, quando às democracias populares do Leste europeu se juntaram os 600 milhões de chineses, libertos pela Revolução socialista chinesa, quando, em resumo, as condições internacionais são favoráveis devido ao declínio do imperialismo e à transformação do socialismo numa força mundial.

E assim, o movimento de libertação nacional na Ásia e África desenvolveu-se a tal ponto que a imensa maioria dos povos coloniais sacudiu o poder dos colonialistas. Cerca de mil e quinhentos milhões de pessoas, ou seja a metade da população da terra, libertaram-se da escravidão colonial, formaram dezenas de Estados independentes e são hoje uma das principais forças na luta contra o imperialismo e pela coexistência pacífica. E a própria ONU, sob proposta da União Soviética, aprovou em Setembro de 1960 uma Declaração pela concessão da independência aos países e povos das colónias.

A LUTA CONTRA O COLONIALISMO

No entanto ainda há cerca de 100 milhões de habitantes da Ásia, da África, da América Central e da Oceania sob o jugo da escravidão colonial. Entre eles, estão os habitantes de todas as colónias portuguesas, com excepção de Goa, Damão e Diu que já se libertaram e escolheram a

sua integração no Estado Indiano.

Primeiro Angola, depois a Guiné, por último Moçambique são hoje teatro de guerra em África.

Os povos desses países lutam de armas na mão contra os colonialistas portugueses. Os soldados portugueses morrem em África para que os mo-

nopolistas portugueses e estrangeiros possam, à vontade, explorar aquelas terras e aqueles povos.

O Partido Comunista Português, partidário da coexistência pacífica, apoia a luta libertadora dos povos das colónias portuguesas. Afirma-o o seu Programa, afirmam constantemente declarações do seu Comité Central e o VI Congresso. É que a coexistência pacífica não significa de forma alguma abdicação de luta, deixar as mãos livres aos aventureiros fascistas, ao imperialismo, aos fomentadores de guerra. Os comunistas são contra a guerra e pela paz, mas são ao mesmo tempo contra o imperialismo, contra a opressão de um povo por um Estado imperialista e apoiam a luta de libertação desse povo mesmo quando o opressor é o governo do seu país. Lênine foi claro a esse respeito: «Os socialistas não devem só reivindicar a libertação imediata, incondicional e sem resgate das colónias — e esta reivindicação, na sua expressão política, não é senão o reconhecimento do direito das nações à autodeterminação —; os socialistas devem apoiar com a maior energia os elementos mais revolucionários dos movimentos de libertação nacional democrático — burgueses desses países e ajudá-los à sua insurreiçã, mesmo à sua guerra revolucionária **contra as** potências imperialistas que as oprimem». Segundo Lênine, e a experiência histórica demonstrou a verdade do seu pensamento «as guerras nacionais contra as potências imperialistas não são possíveis e prováveis, mas também inevitáveis e progressivas, revolucionárias.»

As guerras de Angola, Guiné e Moçambique são pois guerras revolucionárias de libertação nacional e resultado da opressão do governo fascista, da recusa às negociações para a independência propostas pelos elementos mais revolucionários, da resposta dos patriotas ao terrorismo

repressivo do salazarismo contra os povos das colónias portuguesas. O lugar dos comunistas portugueses não podia deixar de ser ao lado dos povos oprimidos contra o governo que esmaga e oprime a luta dos povos. De resto o opressor dos povos das colónias portuguesas é o opressor igualmente do povo português. Os povos de Portugal, de Angola, da Guiné, de Moçambique e das outras colónias portuguesas estão do mesmo lado da trincheira batendo-se contra o inimigo comum: o fascismo.

A luta dos comunistas portugueses contra o fascismo é também contra o colonialismo. O colonialismo causa um prejuízo enorme aos interesses vitais dos trabalhadores não só da nação oprimida mas também da nação opressora. O colonialismo é além disso o antro das forças ultra-reaccionárias nas metrópoles e as colónias são o ponto de encontro de toda a canalha da sociedade burguesa, que ali empreende ou desenvolve os métodos de repressão terrorista das massas trabalhadoras e está à disposição dos capitalistas para aplicar nas próprias metrópoles. A história mostra-o completamente: Foi nas colónias do Norte da África que Franco preparou o golpe contra a República Espanhola, foi na Argélia que se deu o arranque anti-republicano que levou a França a um regime de poder pessoal, inicialmente apoiado em bandidos fascistas dos destacamentos de paraquedistas franceses experimentados na mais negra repressão do povo argelino. Também em Portugal as guerras coloniais já permitiram o estabelecimento da pena de morte e destacamentos militares são treinados numa guerra de genocídio que se tem hoje em vista os africanos poderá vir a trazer os seus métodos para as terras da própria metrópole em caso de insurreiçã das forças populares.

A REACÇÃO DO IMPERIALISMO

À DERROCADA DO SISTEMA COLONIAL

O fascismo salazarista atacado na metrópole e nas colónias, minado por contradições enormes, com problemas económicos urgentes, para que não encontram solução no quadro da organização corporativa e fascista, só pode fazer face à situação com o apoio do imperialismo e, em primeiro lugar, do imperialismo americano.

Os comunistas portugueses lutam também consequentemente contra o imperialismo. É o imperialismo que sustém Salazar, que cria em todo o mundo situações perigosas que podem levar à guerra mundial. Como escreveu o camarada Álvaro

Cunhal no relatório de actividade do Comité Central apresentado ao VI Congresso: «Os Estados Unidos tornaram-se o gendarme mundial do imperialismo e da reacção. Imiscuem-se na vida interna dos outros países, fazem pressões, chantagem económica e intriga política para colocar no poder governos que os sirvam. Por toda a parte ajudam as ditaduras reaccionárias e fascistas. Intervêm militarmente para sufocar revoluções populares (República Dominicana) e para esmagar movimentos de libertação nacional (Congo). Mais de uma vez tentaram agressões militares **contra a**



revolução cubana. Organizam blocos militares agressivos (OTAN, SEATO): Auxiliam e fomentam o revanchismo alemão-ocidental e o militarismo japonês. O projecto de criação duma «força atómica multi-lateral» visam criar um foco de agressão e de guerra no próprio coração da Europa».

O imperialismo norte-americano transformou-se assim na força principal da agressão e da guerra. Por isso acumulou enormes quantidades de armamento, espalhou pelo mundo inteiro cerca de 1.400 bases militares, nega-se a reduzir o seu aparelho bélico recusando obstinadamente as numerosas propostas de desarmamento geral e completo feitas pela União Soviética. O imperialismo norte-americano, apoiado pelos imperialistas ingleses, pelos revanchistas alemães, pelos militaristas japoneses, pelos fascistas portugueses e espanhóis, pelas cliques da Formosa, do Vietnam do Sul, da Coreia do Sul, de certos países latino-americanos, etc., dispõe-se a lançar sobre a humanidade uma guerra termo-nuclear.

«A agressão militar contra o povo do Vietnam mostra a determinação dos Estados Unidos de tentar abafar com os meios mais criminosos a luta dos povos pela independência nacional», acrescentava o camarada Álvaro Cunhal que acrescentava: «a sua política de «escalada», a prosseguir, põe a humanidade perante o perigo de uma nova conflagração universal. Ajudar o povo do Vietnam, pôr termo à agressão dos Estados Unidos no Vietnam,

evitar uma nova guerra mundial, é tarefa central que se coloca a todas as forças anti-imperialistas, tendo à sua frente os partidos comunistas.»

Porque fazê-lo é servir os interesses mais profundos do povo português, porque são internacionalistas, porque são anti-colonialistas, porque são anti-imperialistas, os comunistas portugueses são pois pela coexistência pacífica, apoiam as lutas de libertação dos povos das colónias portuguesas e do Vietnam, como a de todos os outros povos que lutam contra a opressão colonial e pela independência nacional.

A ligação estreita do fascismo ao imperialismo, se trouxe à luta do povo português muitas dificuldades, dado o auxílio militar, diplomático, económico e financeiro que as grandes potências imperialistas prestam ao salazarismo para conservar o seu domínio sobre Portugal e sobre as colónias portuguesas, também trouxe ao povo português uma activa e efectiva solidariedade internacional e ao governo fascista um crescente isolamento internacional e uma oposição cada vez mais enérgica em todo o mundo.

Assim, e apesar das grandes dificuldades a vencer pelo povo português, podemos afirmar com o camarada Álvaro Cunhal, que «a situação internacional cria dificuldades à ditadura fascista e é favorável ao desenvolvimento da luta do povo português contra a política salazarista, à luta do povo português pela liberdade.

Problemas actuais do movimento estudantil

(continuação da pág. 12)

clube, dos pequenos mas populares clubes de algumas localidades; foi assim com a Federação das Sociedades de Recreio, com os clubes de campismo, com os cine-clubes, etc. O «federalismo associativo» consentido ou imposto pelo fascismo, tem servido, em cada caso, para estrangular as actividades em questão, para as dominar ou para desvirtuar o seu carácter inicial.

No que se refere à eventual criação da Federação dos Estudantes de Lisboa assim como à criação da União Nacional dos Estudantes, podemos dizer que são reivindicações estudantis justamente agitadas num plano geral de reivindicações políticas estudantis a par de muitas outras que se integram na reivindicada liberdade de associação. Nas actuais condições políticas devemos dizer, porém, que não são reivindicações objectivas de ordem prática na fase actual da luta estudantil.

Não será, na verdade, ilusório e fora das realidades queimar energias a lutar por uma Federação dos Estudantes de Lisboa junto de um governo que há anos se nega a sancionar a existência legal de simples Associações em várias Escolas e no preciso momento em que procura impor um colete de forças às existentes fazendo tudo o que pode para estrangular a sua actividade? Não será estas considerações válidas com mais forte razão para a

pretendida União Nacional dos Estudantes?

Sem abdicar destas reivindicações no plano geral da luta pela liberdade de associação por que luta todo o povo português, pensamos estar mais de acordo com as condições actuais de luta, trabalhar para consolidar, defender e fortalecer as A.E. e, no plano federativo, consolidar a autoridade da RIA definindo melhor o âmbito da sua actividade e melhorando as suas formas de funcionamento, defendendo a sua legalidade, etc.. No plano nacional procurar ultrapassar a inexistência duma União Nacional de Estudantes abordando com espírito criador, apoiado num forte movimento de massas, as diversas formas de coordenação e ajuda mútua, de convívio e confraternização assim como a troca de experiência associativa entre as Irés Académias. Só assim o movimento associativo legal estudantil poderá romper as peias das autoridades fascistas e avançar para novas lutas e novas vitórias, integrando na luta geral do nosso povo contra a tirania fascista.

X X X X X X X X X X

O balanço crítico das lutas de 1964/65 pode contribuir para ajudar o movimento estudantil a vencer as suas dificuldades na árdua luta que trava em defesa dos seus direitos e pela dignificação da vida universitária. Com a crescente politização das lutas estudantis dos últimos anos, milhares de jovens despertaram para a luta política ao lado do nosso povo. Assim, a fusão da luta estudantil com a luta popular de massas torna-se dia a dia mais real.

Ao nosso Partido compete fazer tudo para que o movimento revolucionário estudantil participe cada vez mais activamente ao lado da juventude trabalhadora, contra a vergonhosa guerra colonial que se alimenta das suas vidas preciosas; para que participe cada vez mais activamente ao lado do proletariado e do nosso povo na luta pela abolição do flagelo do fascismo e pela instauração dum regime de Paz, Democracia e Liberdade.

CAPACIDADE POLÍTICA

E FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA

«É preciso estar sempre pronto para fazer, a qualquer preço, tudo o que possa realmente servir a classe operária.

É preciso ser capaz de subordinar toda a sua vida privada aos interesses do proletariado.»

DIMITROV

A capacidade política resulta do estudo do marxismo-leninismo, em condições que permitam orientar os militantes comunistas, o partido do proletariado, na análise da realidade social, determinando ao mesmo tempo as formas práticas de actuação que devem corresponder à realidade analisada, às condições concretas da luta.

O que é o marxismo-leninismo? É a teoria revolucionária científica que serve de guia à luta do proletariado, o ajuda a emancipar-se da exploração capitalista, a destruir esta e a edificar o socialismo e o comunismo.

Há quem pense que se pode desenvolver a luta do proletariado, estabelecer a estratégia e a tática dessa luta, o sistema de alianças do proletariado para a conquista da democracia, sem o conhecimento preciso do marxismo.

Há também quem pense que o estudo do marxismo, feito num gabinete de trabalho, desligado da acção, da realidade nacional e internacional é suficiente para a realização dos objectivos revolucionários que são a essência da doutrina de Marx.

Nada mais contrário ao marxismo do que estas duas maneiras de conceber a luta da classe operária e o socialismo científico. O marxismo é uma ciência viva, que deve ser estudada como tal, para ser aplicada à realidade social donde ela emana e à qual deve estar continuamente ligada.

Como elevam os militantes comunistas a sua capacidade política? Pelo estudo atento, persistente, do marxismo-leninismo, em estreito contacto com a prática revolucionária, com a sua actividade de militantes do Partido. Pelo estudo atento da situação nacional, de modo a tirar desta os ensinamentos requeridos para dirigir as lutas da classe operária, dos camponeses e de outras camadas sociais.

O que nos dá o estudo da situação nacional? Dá-nos a perspectiva política da nossa luta, dá-nos as bases para a elaboração da linha política do Partido.

A análise da situação nacional permitiu ao C.C. elaborar o Programa do Partido aprovado no VI Congresso, no qual se condensam os objectivos da revolução democrática e nacional. Permitiu igualmente a elaboração da linha política e tática do Partido, que o VI Congresso aprovou.

Que função pode ter o estudo da linha do Partido no desenvolvimento da capacidade política dos militantes?

A linha do Partido é a aplicação do marxismo-leninismo à realidade nacional, à situação concreta do país, realizada pelo conjunto dos militantes, forjada no trabalho prático, comprovada por este.

O estudo da linha do Partido é uma condição indispensável para a formação política dos quadros, para o cumprimento das suas tarefas.

Como podem os militantes do Partido orientar-se na complexidade das suas tarefas se eles não estão armados com um conhecimento preciso da linha do Partido?

Como podem os militantes do Partido dirigir as lutas da classe operária, dos camponeses, da juventude, das camadas laboriosas da cidade e do campo, se eles não fazem um esforço sistemático para assimilar a linha do Partido, estudando os documentos saídos do VI?

O estudo da linha do Partido arma politicamente os quadros, torna-os aptos para a luta diária, para a realização das suas tarefas, para o conhecimento da situação nacional e para as mudanças que nesta se registam, permitindo-lhes ao mesmo tempo que eles encontrem uma resposta às perguntas que formulam em face das suas dificuldades e das novas condições que se criam.



O ESTUDO DA SITUAÇÃO NACIONAL

E A CAPACIDADE POLÍTICA DOS QUADROS

Na vida do nosso Partido há camaradas que aprenderam a «arte da rotina». Nada neles sofre mudanças. Nem o baixo nível político nem os métodos de trabalho. A organização não se desenvolve. As perspectivas não surgem. «Não há condições no meu sector—dizem eles—Os operários só se interessam pelo futebol».

E nós retorquimos: «Não, camaradas, não é disso que se trata. As dificuldades estão em vós, no vosso estilo de trabalho, na rotina, no baixo nível político. Estudastes já as condições do sector? Conheceis os problemas mais candentes da classe operária, da exploração nas empresas? Conheceis em pormenor o nível dos salários? Meditastes já sobre as formas de luta e de organização que mais convêm ao sector?»

A complexidade das tarefas do Partido acrescentadas pelas dificuldades da acção policial, exigem que as estudemos, que meditemos nelas, que as debatamos nos organismos do Partido, pois o trabalho colectivo funciona como o melhor meio de solucionar as dificuldades.

A actividade diária do Partido melhora rapidamente quando os militantes estudam os problemas do seu sector, quando conhecem estes em pormenor. Descobrir as particularidades próprias das várias regiões do país, conhecer os problemas imediatos da classe operária e de outras classes e camadas sociais significa, na prática, orientar o trabalho do Partido com mais precisão e com mais eficiência.

Vejamos um exemplo. Num sector operário do Partido falava-se com frequência da necessidade de entrar em contacto com os camponeses, pois estes são aliados naturais da classe operária. Os camaradas concordavam com a explicação teórica e comprometiam-se a realizar esta tarefa. Mas o

trabalho não avançava. Entretanto o comité regional estudou as condições particulares dos camponeses da região, o regime da propriedade, os problemas mais sentidos pelos pequenos e médios proprietários. Algum tempo depois o Partido alargava a sua organização aos camponeses e dirigia importantes lutas.

Quando estudamos a situação nacional procuramos interpretar os acontecimentos que se passam à nossa volta, como comunistas, para tomarmos as medidas apropriadas à actividade dirigente do Partido.

O que significa a lei do emparcelamento da propriedade agrícola? Como se manifesta a penetração capitalista na agricultura? Como devemos encarar a no terreno concreto da mobilização dos trabalhadores agrícolas, dos pequenos e médios camponeses? Como devemos agir no domínio da organização do Partido, da Unidade anti-fascista, tendo em conta uma situação concreta?

A resposta a estas perguntas requerem não sómente um conhecimento da situação nacional, mas um conhecimento da linha do Partido, o estudo dessa linha e do marxismo-leninismo.

É complexa e difícil a luta que conduzimos contra a ditadura fascista. Precisamos orientar-nos nessa luta pela bússula do marxismo-leninismo, desenvolvendo a capacidade política dos quadros. Como se manifesta a capacidade política?

A capacidade política manifesta-se na actividade diária do Partido, no alargamento e reforço da organização, no desenvolvimento das lutas de massas, no trabalho conspirativo e de defesa, no alargamento de Unidade das forças democráticas, na análise da situação política nacional, na aplicação prática da linha do Partido, na organização das pequenas e grandes lutas populares contra a ditadura fascista.

FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA

Não pode haver capacidade política divorciada da firmeza revolucionária. O que nos indica o exemplo de Bento Gonçalves, Militão Ribeiro, Alfredo Dinis entre outros? Operários explorados, como todos, eles souberam elevar-se, pela sua consciência de classe, pelo estudo do marxismo-leninismo, à posição de dirigentes proletários, de membros da Direcção do Partido Comunista. A sua capacidade política associaram sempre, nas mais difíceis condições da sua vida, em face do inimigo, uma posição de coerência, de intransigência política, de firmeza revolucionária.

O que é a firmeza revolucionária? É a atitude digna e coerente dos comunistas, dos trabalhadores de vanguarda, em face dos seus inimigos, os exploradores capitalistas e os carrascos fascistas.

A firmeza revolucionária é a posição intransi-

gente dos lutadores de vanguarda que uma vez sujeitos às formas de violência do aparelho repressivo da ditadura, se recusaram a pactuar com o inimigo, a denunciar companheiros de luta, a atraiçoar a sua classe e os interesses do Partido.

A firmeza revolucionária é a posição consequente dos comunistas e dos trabalhadores de vanguarda que se não vergam aos processos de intimidação e de terror do fascismo, às manobras do patronato, para os desviar do caminho da luta e para os tornar instrumentos dóceis da exploração capitalista.

Podemos considerar a firmeza revolucionária como uma qualidade exclusiva de indivíduos dotados de qualidades excepcionais? Há quem assim pense e o afirme, para explicar as posições de cobardia e de traição, a renúncia à luta, as atitudes

de deslealdade, de falta de coerência, de honradez pessoal.

A firmeza revolucionária é uma qualidade do proletariado, é uma expressão da sua consciência e da sua moral de classe. Os comunistas, herdeiros e intérpretes das virtudes do proletariado e da sua função revolucionária, só podem ser dignos desse nome se elevam as virtudes naturais do proletariado a uma posição política consciente, se desenvolvem e aplicam nas mais difíceis condições a firmeza, a intransigência revolucionária, a consciência de classe, a dignidade, honradez, lealdade, espírito de sacrifício e de abnegação, a solidariedade de classe, que tão perfeitamente se exprime no internacionalismo proletário.

A classe operária e o povo português têm em alto apreço as virtudes dos comunistas. Nos comunistas vêem lutadores abnegados e consequentes, que sacrificam a sua vida à causa dos trabalhadores. Respeitam-nos e admiram-nos e aceitam a direcção política do seu partido.

Mas o proletariado e o povo português têm uma atitude de profundo desprezo e de hostilidade ante os traidores à sua causa. Isolam-nos, hostilizam-nos e punem-nos.

A luta dos trabalhadores desenvolve-se num clima de repressão e de terror. Nas primeiras linhas dessa luta encontram-se os comunistas. Esse facto impõe-lhes ainda maiores responsabilidades.

Como se exprime nessas condições, a firmeza revolucionária dos comunistas?

Exprime-se na abnegação sem limites à causa dos trabalhadores.

Nas empresas, nos campos, nos locais de trabalho e de estudo, os comunistas devem saber aliar à capacidade política a atitude consciente dos lutadores de vanguarda, que levam estímulo, coragem, confiança aos que a seu lado participam no mesmo combate.

A firmeza revolucionária dos comunistas exprime-se na fidelidade ao partido do proletariado, vanguarda da sua luta, força decisiva da unidade anti-fascista.

A história do nosso Partido está cheia de grandes exemplos dessa fidelidade que se traduz numa dedicação sem limites à causa do Partido, à causa da classe operária. Uns caíram para sempre, às mãos dos esbirros da PIDE, como **Militão Ribeiro, Ferreira Marquês, José Moreira, Germano Vidigal, Raúl Alves, Joaquim Lemos de Oliveira, Manuel da Silva**, sacrificando a vida para não

traírem o Partido.

Outros como **Alvaro Cunha, Sérgio Vilerigues e Manuel Rodrigues da Silva**, entre tantos outros dirigentes do Partido, ou mais recentemente **Rogério de Carvalho, Domingos Abrantes, Ilídio Esteves, Maria da Conceição, Faustino**, estes todos felizmente vivos, mas não temeram a morte, suportando torturas de requintada malvadez, com uma coragem e uma abnegação exemplares, mantendo deste modo a fidelidade ao Partido.

A luta do Partido processa-se nas duras condições da vida clandestina. Essa luta implica difíceis provas que vão desde a privação de necessidades normais, do convívio com a família, ao sacrifício da liberdade e da própria vida. A luta clandestina implica os perigos da acção policial e da passagem pelas mãos da PIDE. Implica condenações a prisão perpétua.

Mas nas duras condições do fascismo e da repressão a luta dos comunistas não cessou nem cessará. Pelo contrário. Ergue-se com uma força cada vez maior, como uma certeza que serve de estímulo a outros lutadores da causa comum da Democracia.

Após torturas infames, seguidas de longos anos de cárcere, os comunistas, os melhores filhos da classe operária e do povo português voltam ao combate, sabendo que os aguardam novas torturas, a prisão perpétua, quando não é a morte provocada pelos esbirros da PIDE ou pela inclemência do cárcere.

Diante dos tribunais fascistas, quantos dos nossos militantes ergueram a sua voz de denúncia dos crimes do fascismo e da sua política nefasta? Quantos afirmaram, diante dos algozes que os pretendem julgar, a sua fidelidade à grande causa do proletariado e do comunismo?

São provas de firmeza revolucionária que fazem o orgulho do Partido, e se inscrevem na sua história.

Nestes exemplos o Partido educa os seus quadros, os jovens e os velhos, para que eles saibam sempre, nas mais difíceis circunstâncias, vencer as dificuldades, resistir à tortura, suportar a privação da liberdade e encarar a morte com a coragem dos combatentes de vanguarda, que são a honra do nosso Partido, tendo presente que o exemplo de altas virtudes frutifica e faz crescer as hostes da revolução, consciencializa os lutadores proletários, anima as massas trabalhadoras na sua luta diária e na sua luta pelo triunfo da Democracia e do socialismo.

O SISTEMA DE ALIANÇAS NO PLANO POLÍTICO

«No plano político, o sistema de alianças do proletariado traduz-se pela unidade das forças anti-fascistas, das forças democráticas e patrióticas, que constitui uma das tarefas centrais do Partido do proletariado.

A unidade da classe operária e o seu aspecto particular da unidade do proletariado industrial com o proletariado rural e a aliança da classe operária com o campesinato são a base fundamental da unidade das forças democráticas e patrióticas, na qual a pequena burguesia urbana tem também um papel de primeiro plano. Fora do quadro das forças sociais portuguesas, a aliança com os povos das colónias portuguesas tem, na actualidade, enorme importância.»



PROBLEMAS
ACTUAIS

do movimento estudantil

II

BALANÇO CRÍTICO DAS LUTAS DE 1964/65

No movimento estudantil português, as Associações Escolares (A.E.) representam uma conquista dos estudantes que estes têm procurado defender das várias arremetidas fascistas com vista à sua liquidação. A história do movimento estudantil dos últimos anos está cheia de páginas gloriosas de luta em defesa das prerrogativas das A.E. como organismos livremente eleitos pela massa estudantil.

Os vários decretos publicados nos últimos anos, particularmente a partir do tristemente célebre 40.900, são todos tendentes a cercear a autonomia das A.E. e a limitar o âmbito da sua intervenção na vida da Universidade. Se os estudantes universitários ainda hoje mantêm o direito às suas Associações Académicas é devido à corajosa e prolongada luta que têm travado com as autoridades universitárias e com o próprio governo fascista. Muitas centenas de estudantes têm pago com a liberdade a preservação desta conquista.

Que o governo vê com hostilidade a existência das A.E., apesar de todas as afirmações demagógicas em contrário, demonstra-o o facto de mesmo depois da elaboração e apresentação de estatutos segundo o figurino imposto pelo Ministro da Educação, haver Escolas que esperam há anos a sanção legal para tais estatutos. Tais os casos de Medicina e Letras em Lisboa e de quase todas as Faculdades do Porto.

É de salientar que pela sua persistente combatividade os estudantes têm encontrado formas originais de organização legal para romper com esta situação como o demonstra a criação e funcionamento de Pró-Associações em Lisboa e Comissões Instaladoras no Porto, eleitas e actuando na prática como verdadeiras Associações.

A ofensiva policial e a vaga de sanções académicas desencadeadas pelo governo de Salazar em Lisboa no ano de 1964/65 contra a organização do Partido e os dirigentes associativos estudantis mais destacados, foi o esforço mais sério desenvolvido pelo fascismo até hoje para liquidar o movimento estudantil. Foram presos nesse período mais de uma centena de estudantes e cerca de duas centenas foram punidos pelo Ministro da Educação com penas de expulsão que

vão até vários anos.

Porém, contrariando os esforços do governo salazarista, o movimento associativo surge no começo do ano escolar de 1965/66 ainda com mais pujança como o demonstram as notícias sobre o número excepcionalmente elevado de estudantes que participaram na eleição das direcções das suas Associações. As «semanas de recepção» e outras iniciativas de confraternização e de carácter cultural são outras tantas manifestações do fortalecimento do espírito associativo da massa estudantil. Os estudantes mostram assim a sua disposição de defender e alargar a liberdade das suas Associações.

Cabe contudo perguntar:—Terão os dirigentes académicos agido sempre da melhor maneira na defesa da legalidade associativa? É evidente que não. No decorrer das suas lutas muitos erros têm sido cometidos os quais têm facilitado a acção repressiva do governo e das autoridades académicas.

No ano que findou, nomeadamente depois do golpe policial de Janeiro de 1965, com o desmantelamento das organizações partidárias das várias Escolas e com a prisão dos dirigentes associativos mais capacitados, o movimento estudantil ficou temporariamente à mercê da espontaneidade e das manobras de elementos extremistas.

Durante largo período prevaleceram tendências aventureiristas na condução da luta estudantil. Quando se impunha um recuo persistiu-se na ofensiva. Uma vanguarda de algumas centenas de jovens que ia diminuindo cada vez mais foi sendo arrastada para acções que a grande massa não acompanhava já, abrindo assim ainda mais o movimento estudantil aos golpes policiais e à repressão por parte das autoridades académicas.

Prevaleceu o conceito de que «recuar era aceitar a derrota». Não se soube usar da necessária maleabilidade na luta contra a repressão de modo a manter uma forte frente de luta e a vanguarda unida à grande massa estudantil.

O trabalho e as acções desenvolvidas na luta contra a repressão na Universidade, de tão larga repercussão política nacional e internacional, foi já analisado nos seus aspectos positivos no «Mili-

tante» de Março de 1965. Como então se disse, «para a juventude estudantil esta luta teve o condão de lhe dar uma mais sólida consciência política e uma maior noção do valor da sua Unidade

para a continuação da luta até à vitória final». Estes aspectos positivos não devem impedir-nos de analisar os erros cometidos e tirar deles os ensinamentos que comportam. Vejamos alguns desses erros.

Má defesa do trabalho associativo

As Comissões de Apoio, organismos semi-legais criados para conduzir a luta contra a repressão naqueles aspectos em que esta luta ultrapassava o âmbito das Associações, revelaram-se uma forma de organização adequada à situação. Estas Comissões juntamente com a sua Comissão Central, criada posteriormente, realizaram um bom trabalho de agitação e de mobilização entre a massa estudantil e fora dela na luta em defesa dos estudantes presos. Consideramos porém um erro muito grande o facto de tais comissões, em cada escola, serem constituídas quase exclusivamente com quadros associativos, membros das diversas comissões escolares e mesmo de direcções. Isto teve dois aspectos negativos imediatos — chamar sobre as Associações o ódio do governo e levar à quase paralisação, em cada Escola, das actividades associativas normais capazes de interessar e mobilizar a grande massa estudantil num mínimo de trabalho associativo. Um terceiro aspecto negativo daqui resultante, foi o ter-se, nalguns casos, metido na engrenagem do trabalho de agitação semi-legal os aparelhos técnicos das diversas Associações (além dos próprios dirigentes), dando o flanco à repressão fascista contra a existência e funcionamento das A.E. (Há casos conhecidos de dirigentes associativos a fazerem trabalho de agitação ilegal nas Escolas e nas ruas).

A separação que se pretendia criar, com a formação das Comissões de apoio, entre o trabalho legal das Associações e a actividade semi-legal daquelas comissões, pode dizer-se que não existiu na prática. Isto tornou-se ainda mais notório quando em certa altura o Secretariado da RIA, dominado por elementos «esquerdistas», quis impor a sua direcção à actividade das Comissões de apoio.

É evidente que as direcções da A.E. não podiam nem deviam deixar de tomar posição face à repressão que o governo desencadeou sobre a Universidade. As A.E. podiam e deviam tomar posição e promover iniciativas em defesa dos estudantes presos muitos dos quais eram dirigentes associativos.

As Associações podiam e deviam pressionar as autoridades universitárias, fazendo representações ao Reitor, ao Ministro da Educação e ao governo; podiam e deviam representar junto dos Conselhos escolares e dos próprios professores indivi-

dualmente, pressionando-os moralmente para que tomassem posição em defesa dos seus alunos; podiam e deviam actuar junto das Ordens dos Advogados, dos Médicos, dos Engenheiros e dos Arquitectos, assim como junto da grande massa da intelectualidade progressiva, apelando para uma tomada de posição em defesa dos estudantes presos e dos direitos dos estudantes. Podiam e deviam, finalmente, colaborar com as famílias dos estudantes presos dando-lhes o seu apoio, auxílio moral, jurídico, etc.. Podiam fazer tudo isto e o mais que se enquadrasse num plano de acção legal, através de formas legais e utilizando uma linguagem ao mesmo tempo firme e maleável capaz de convencer e mobilizar aqueles a quem se dirigisse sem dar o flanco à repressão.

O que as A.E. não podiam nem deviam era tomar a direcção da luta contra a repressão subcrevendo conclusões políticas que a acção repressiva do governo permitia tirar a organismos e organizações políticas que não as Associações.

Na feitura de documentos subscritos pelas Associações de Lisboa, sobretudo os de carácter colectivo, embora anónimos na forma, era evidente a preocupação, por parte de quem os redigia, de tirar efeitos políticos de preferência a orientar e conduzir uma acção prática na luta contra a repressão. São exemplos disso os últimos números do jornal «Unidade Estudantil» órgão oficial das Associações dos Estudantes de Lisboa nesse período, tal como é também um exemplo típico a «Carta Aberta ao corpo docente» publicada num jornal estudantil legal por ocasião do Dia do Estudante. A linguagem utilizada neste último documento, com o qual se pretendeu iludir a ausência dum trabalho pacientemente organizado junto do professorado tendente a atraí-lo a uma acção concreta em defesa dos estudantes, tal como, por exemplo, um abaixo-assinado, é mais um exemplo dum trabalho fechado e sectário na condução da luta estudantil no plano da acção legal. O facto da A.E. de Direito subscrever e distribuir um apelo aos estudantes para se manifestarem contra o Paulo Cunha no chamado dia da Universidade, é outro exemplo dum trabalho que não compete às A.E. realizar, sem se comprometerem como organismos unitários de massas, cuja legalidade importa defender a todo o custo.



MÁ UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA ESTUDANTIL

A imprensa legal estudantil tem atrás de si uma rica tradição e a sua existência constitui um belo exemplo do aproveitamento, sob a ditadura fascista, das possibilidades legais neste terreno. Nos boletins e jornais das A.E. os estudantes têm sabido tratar e agitar alguns dos seus principais problemas específicos e levantar as reivindicações a eles inerentes. Esta possibilidade só poderia continuar a ser explorada com êxito desde que os responsáveis por esta actividade soubessem evitar os numerosos erros de carácter esquerdista que têm sido cometidos nalguns períodos, nomeadamente os que foram cometidos durante a luta que estamos a analisar.

Alguns boletins publicados com notícias sobre a repressão e com apelos à luta, subscritos pelas Associações, do género já atrás criticado, foram redigidos numa linguagem de tal modo politizada e violenta que mais pareciam procurar chamar sobre si a repressão que procurar combatê-la. Tais documentos facilitaram o pretexto para o inquérito às actividades associativas e a vaga de castigos que atingiram cerca de 200 estudantes universitários.

Sabe-se hoje que a responsabilidade principal pela redacção de tais documentos cai sobre um pequeno grupo de indivíduos que defendiam ideias «ultra-esquerdistas», partidários da «ofensiva permanente» e inimigos do movimento associativo legal, os quais pretendiam desse modo levar a água ao seu moinho, explorando o facto de estarem nesse momento presos alguns dos

principais dirigentes associativos. Por outro lado, encontrando-se decapitada a organização partidária estudantil, os quadros que na altura escaparam à repressão não souberam opor-se com suficiente energia a tais desvios esquerdistas e acções aventureiristas no movimento estudantil.

É necessário destacar aqui que a ausência duma imprensa estudantil ilegal, orientadora da luta política dos estudantes, contribuiu para avolumar os prejuízos dos desvios esquerdistas na utilização da imprensa legal estudantil. Este facto chama a nossa atenção para a necessidade de se encarar a sério, no plano prático, a publicação regular dum jornal político unitário para os estudantes, ilegal evidentemente, capaz de responder com rapidez aos problemas e acontecimentos ligados à vida Universitária, desmistificando-os, tirando deles as conclusões políticas que em cada caso se imponham e dando aos activistas e à massa estudantil uma orientação correcta para a acção política. Pensamos que um tal jornal poderá vir a ser o unificador dos organismos políticos unitários já existentes e de outros que se venham a criar, e deveria, para ser actuante, apoiar-se num aparelho muito simples e maleável. No plano ideológico, um tal jornal deveria tanto quanto possível preencher uma lacuna existente que tem deixado campo livre aos pescadores de águas turvas que pretendem empurrar o movimento revolucionário estudantil para um caminho aventureirista, mascarados por detrás dum revolucionarismo verbal irresponsável.

SINDICALISMO ESTUDANTIL

E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA UNITÁRIA

Sendo na actualidade o movimento associativo estudantil consubstanciado pela existência e actividade das A.E. um movimento exclusivamente legal ainda com largas possibilidades de desenvolvimento, é evidente que não há lugar válido para um sindicalismo estudantil ilegal.

De resto, se por sindicalismo estudantil se compreende o movimento associativo estudantil (é de frisar que a expressão sindicalismo estudantil não tem raízes nacionais) é por demais evidente ser um contracenso a própria ideia da criação dum sindicalismo estudantil ilegal, para-

lamente às actuais A.E. ou com a ideia de tentar substituí-las. A história de todo o movimento associativo de massas, quer entre a classe operária, quer entre outras camadas da população, tem demonstrado que qualquer movimento sindical para o ser verdadeiramente como movimento de massas, terá de assentar em estruturas legais. Todo o sindicalismo ilegal tende inevitavelmente para uma actividade de grupo, fechada e sectária, isolada das massas. Nestas condições, poderá então ser tudo o que lhe queiram chamar, menos um verdadeiro movimento sindical.

Podemos assim concluir que a ideia da criação dum movimento estudantil de tipo sindical à margem das actuais associações académicas tem por base ideológica, mais ou menos encoberta, uma tendência política sectária de origem pequena-burguesa no movimento estudantil e como tal deve ser combatida. Uma tal tendência organizada ou não, é tendente a espalhar entre os estudantes a confusão ideológica e a descrença nas possibilidades legais de luta por intermédio das suas Associações. É tendente a facilitar as tentativas governamentais de ilegalização das A.E. cuja legalidade deve ser intransigentemente defendida como uma preciosa conquista do movimento estudantil.

Como a experiência tem demonstrado, só em amplas organizações legais unitárias as massas estudantis podem ser mobilizadas para a luta em defesa dos seus interesses específicos. Tais organizações existem, são as Associações com todas as suas diferentes modalidades de funcionamento, desde as Assembleias às RIAS e Plenários. Só o governo fascista pode estar interessado na ilegalização de tais formas de organização. Por isso, aos estudantes compete lutar firmemente na defesa e alargamento duma conquista que lhes é querida, das diversas arremetidas do governo e dos desvios esquerdistas que levam à sua ilegalização.

Ao contrário do que dizem os «esquerdistas», as lutas e acções legais das massas estudantis enquadram-se e são parte integrante da luta revolucionária geral contra o regime fascista. Tudo o que tenda a negar ou a subestimar esta verdade diminui o valor da participação deste importante e aguerrido sector da juventude na luta geral pela libertação do nosso povo.

É justo ainda acrescentar que a tendência ao sindicalismo ilegal no movimento estudantil se nutre das acidentais dificuldades orgânicas e políticas do Partido no sector dos estudantes. Sempre que e lá onde, devido à repressão, o Partido tem estado temporariamente impedido de desempenhar o seu papel de vanguarda na direcção política das massas estudantis, têm surgido tentativas para implantar orgânicamente a corrente ideológica pequeno-burguesa, existente no meio universitário, que defende o sindicalismo estudantil ilegal.

Devemos reconhecer que o Partido tem responsabilidades directas no desenvolvimento desta tendência política e na sua implantação orgâni-

ca temporária, na medida em que não a combateu enérgicamente no terreno ideológico e não a contrariou no terreno orgânico. Pode mesmo dizer-se que por ausência de discussão deste problema nos organismos responsáveis do Partido e nas organizações estudantis, não só não contrariámos inicialmente os esforços para implantar orgânicamente esta tendência política pequeno-burguesa como permitimos que a indisciplina partidária de certos camaradas fomentasse, à sombra do nome do Partido, a sua disseminação ao ponto de camaradas de boa fé colaborarem nesse erro julgando estar dentro da orientação partidária.

Esta situação exige a discussão e esclarecimento deste problema em todos os organismos partidários estudantis com vista a combater e corrigir este desvio ideológico no movimento estudantil.

Devemos reconhecer que a inexistência dum movimento político unitário ilegal entre os estudantes não só tem facilitado o aparecimento de tendências esquerdistas no movimento associativo legal, como tem animado as diversas tentativas para a formação de agrupamentos estudantis ilegais de inspiração ideológica pequeno-burguesa.

No VI Congresso do nosso Partido, ao discutir-se este problema, foi salientada a necessidade de se encarar no plano prático a organização política dos estudantes numa base mais larga que a partidária. É evidente que é aos próprios estudantes que compete dar os passos fundamentais para a concretização desta ideia e determinação das formas que tomará uma tal organização, mas ao Partido, como forma superior de organização e vanguarda revolucionária compete influir na sua orientação. Pensamos por isso ser de animar e estimular a formação, sem precipitações, de organismos políticos anti-fascistas unitários lá onde as condições para a sua formação forem amadurecendo.

Tais organismos de carácter primário, qualquer que seja o seu nome e amplitude, poderão, numa base posterior, unificar-se e criar o seu órgão de imprensa próprio, alargar progressivamente a sua influência e organização até criar sólidas raízes na massa estudantil nacional.

Um tal movimento político estudantil, uma vez organizado, transformar-se-á num dos mais potentes instrumentos de combate contra a ditadura fascista.



SOBRE AS DIVERSAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO UNITÁRIA DA LUTA ESTUDANTIL

1.—O movimento estudantil tem uma rica experiência na criação de formas de organização novas adaptadas às exigências das diversas formas de luta. Porém, tem tido dificuldade em passar com suficiente rapidez das formas de organização legais para as ilegais no decorrer das lutas, de acordo com as exigências impostas pelo evoluir da situação.

O erro mais vulgar tem consistido em as associações académicas continuarem a dirigir no plano ilegal lutas iniciadas por elas numa base legal depois de tais lutas terem evoluído e transbordado para fora do campo de acção legal das A.E., ao passarem a uma forma superior, tais como greves ou manifestações de rua.

Para conduzir a luta estudantil para além do âmbito das Associações, os estudantes criaram as **Comissões de Apoio** nas Escolas, as quais têm um carácter legal ou semi-legal de acordo com o próprio carácter da luta que se propõem conduzir. Criaram-se igualmente as **Comissões de Campo** para dirigir a luta fora das escolas, no decorrer de concentrações ou manifestações de rua. Isto mostra um grande espírito criador e uma experiência interessante. Porém, erros graves têm sido cometidos na sua constituição.

Assim, por exemplo, no decorrer da luta contra a repressão em 1964/65, as comissões de apoio que então surgiram com um carácter semi-legal foram formadas pela RIA, que tentou dirigir a sua acção durante algum tempo. Isto é, a RIA, organismo legal, a dirigir as comissões de apoio, organismos semi-legais.

Quando mais tarde, corrigindo este erro, as comissões de apoio elegeram a sua Comissão Central, a RIA, que estava então dominada por elementos esquerdistas, tentou impor a dissolução das Comissões de apoio, as quais eram então o tipo de organização unitária em melhores condições para dirigir a luta.

O resultado foi que tanto a RIA como as próprias comissões de apoio, perdidas em discussões intermináveis, acabaram por se isolar das massas, perdendo o seu apoio.

O **Secretariado da RIA**, como organismo de estudo e coordenador que deve ser das actividades associativas à escala de todas as Associações que estão sob o seu raio de acção, tem tido frequentemente dificuldades na sua actividade e na definição das suas funções. Isto acontece sempre que pretende transforma-se em organismo dirigente, tentando impor soluções para as quais não procurou obter previamente a adesão de todas as Associações e da massa estudantil que representa.

As **Assembleias** nas Escolas e os **Plenários** de âmbito regional são, quando convenientemente preparados, verdadeiros órgãos de direcção democrática das massas estudantis. As suas delibe-

rações e resoluções têm tido a maior projecção e influência no desenvolvimento das lutas estudantis. Na base destas formas democráticas de expressão da vontade das massas juvenis, a que assistem por vezes milhares de estudantes, têm sido conduzidas nos últimos anos as mais importantes lutas estudantis de tão grande projecção nacional e internacional. São uma das mais belas conquistas do movimento estudantil cuja defesa deve fazer-se intransigentemente.

2.—A criação legal da **Federação dos Estudantes de Lisboa** e da **União Nacional dos Estudantes**, são velhas reivindicações estudantis sobre as quais muito se tem escrito e discutido na Universidade. Nos Programas dos Secretariados das RIA e nos relatórios dos secretários gerais que se têm sucedido em cada ano, tal como nos colóquios, nos seminários e nos diversos encontros regionais e nacionais, o problema tem sido abordado e discutido com mais ou menos vivacidade e calor segundo a perspectiva que em cada momento se parece oferecer para reactivar estas velhas reivindicações.

Demasiadas ilusões se tem tecido sobre as vantagens que, nas condições políticas actuais, poderiam resultar para os estudantes da eventual criação de tais instituições. Assim, por exemplo, no Programa do Secretariado da RIA para o ano escolar de 1963/64, dizia-se: «A constituição da Federação (referia-se à Federação dos Estudantes de Lisboa) pode (e será com certeza) ser um passo decisivo no sentido de resolver os problemas mais importantes dos estudantes universitários portugueses».

Contrariando todo este optimismo e correndo o risco de destruir toda a soma de ilusões que estão contidas naquela afirmação, nós podemos dizer que poderia acontecer que a eventual criação da Federação, nas condições da ditadura fascista, não resolvesse, só por si, qualquer problema e viesse antes a agravar os já existentes...

Na verdade, toda a história do movimento associativo em geral nos últimos 20 ou 30 anos tem demonstrado que o regime fascista se opõe por princípio a todo o movimento associativo de carácter progressivo e muito mais a qualquer movimento tendente à sua centralização. Mas essa mesma história tem demonstrado também que o regime fascista sabe aproveitar essa centralização, quando a não pode evitar ou quando já está em condições de controlar o seu processo, para, através do domínio sobre o organismo centralizador, melhor dominar as actividades associativas centralizadas permitindo-se muitas vezes fazer demagogia à volta dos problemas das massas agremiadas. Foi assim com a centralização, num único

(continua na pág. 4)